

A nova extrema-direita europeia

SERÁ A ENTRADA DE DEPUTADOS DE PARTIDOS DE EXTREMA-DIREITA nos parlamentos de vários países europeus o maior terramoto político na Europa desde o desaparecimento do comunismo? O deputado trabalhista britânico e antigo secretário de Estado para a Europa Denis MacShane expressou esta opinião num artigo na revista *Newsweek*. Exagerado ou não, a verdade é que a extrema-direita tem feito ganhos e aparecido com relevância em países onde não tinha tido até agora sucesso eleitoral. A afirmação de MacShane segue-se às vitórias eleitorais da extrema-direita em vários países europeus, já não nos “suspeitos do costume”, como a Áustria, mas na tolerante Suécia, onde o resultado dos democratas suecos (20 deputados em 349) nas legislativas de Setembro de 2010 causou ondas de choque no país e no estrangeiro. O bom resultado de um partido de direita populista xenófoba foi ainda um factor que levou a Holanda a arrastar durante meses a formação de um governo – que acabou por ser uma coligação minoritária entre democratas-cristãos e liberais, mas com o apoio do Partido para a Liberdade, de Geert Wilders. MacShane escreveu o artigo antes das eleições de Abril de 2011 na Finlândia, marcadas pela subida dos Verdadeiros Finlandeses, partido populista nacionalista e eurocéptico que se tornou a terceira força política do país. Há partidos de extrema-direita e da direita populista no governo de Itália¹, e no parlamento da Dinamarca, Hungria, Áustria, Bulgária, Holanda, Itália e Finlândia. Estes partidos são todos muito diferentes, mas há um factor comum: uma forte posição anti-imigração e anti-islamista, principalmente nos países da Europa Ocidental (na Europa de Leste, este lugar de “outro” ainda é muito ocupado por minorias de outras etnias – a minoria húngara, os ciganos, etc.).

Na Suécia, um país de 9,4 milhões de habitantes com 14 por cento de imigrantes, o líder dos democratas suecos, Jimmie Akesson, descreveu o aumento de população muçulmana como a maior ameaça ao país desde a II Guerra Mundial.

Na Holanda, Geert Wilders conseguiu atenção com um filme em que o islão é representado como uma religião terrorista, e apresenta-se como um mártir da liberdade de expressão pelas dificuldades de apresentação do filme no país e no estrangeiro (foi divulgado sobretudo pela Internet). Em troca do seu apoio ao governo – que com 52 deputados em 150 depende dos 24 parlamentares de Wilders – o Partido para a Liberdade conseguiu que o Executivo se compromettesse com leis relativas ao uso do véu islâmico e com limites à imigração de fora da Europa (uma das bandeiras do Partido para a Liberdade era o corte da imigração de muçulmanos, que são actualmente 5 por cento da população do país).

A posição na Holanda segue o “modelo dinamarquês”, em que o Partido do Povo da Dinamarca apoiou o governo em troca de leis restritivas em relação à imigração, depois de ter obtido 12 por cento dos votos nas legislativas de 2001 (nas eleições de 2005 e 2007, o partido manteve-se a terceira força política do país). Uma das últimas sugestões do governo dinamarquês é cortar o salário mínimo dos imigrantes para metade (os dinamarqueses continuariam a receber o mesmo).

A maioria das notícias sobre o crescimento da extrema-direita liga a boa *performance* destes partidos a momentos de crise económica. Mas esta ligação não é tão simples como pode parecer à primeira vista e pode ser desmentida académica e empiricamente – como nos artigos *Explaining Variation in the Success of Extreme-right Parties in Western Europe* (uma

das conclusões é que o desemprego nunca ajuda os partidos de extrema-direita de um modo incondicional, enquanto um alto nível de imigração ajuda sempre estes partidos, qualquer que seja o nível de desemprego) ou *Extreme Right in Europe: A Comparative Study of Recent Trends*, ou lembrando os casos da Áustria ou Suíça, países com partidos de extrema-direita de sucesso, mesmo em alturas de baixo desemprego e sucesso económico.

O papel da crise

Outras hipóteses largamente tidas como verdadeiras são de que os partidos de extrema-direita beneficiam do “voto de protesto” contra o sistema político ou a corrupção dos políticos – mas parece que, embora tenha algum peso, a extrema-direita não tem mais sucesso a mobilizar o voto de protesto do que outros partidos, incluindo do *mainstream*².

O factor em que realmente os partidos de extrema-direita europeus parecem ter mais sucesso, e será assim a sua componente unificadora, é a vertente anti-imigração. Num estudo de comparação de casos de maior sucesso³, esta componente aparecia sempre.

Ainda assim, o sucesso dos partidos anti-imigração não é necessariamente maior em zonas de grande presença de imigrantes: na Alemanha a força do NPD (Partido Nacional Democrata, que já foi por duas vezes alvo de acções judiciais mas conseguiu não ser banido) é maior nos Länder (estados-federados) do antigo Leste, onde a proporção de imigrantes é muito menor do que na parte ocidental. A vertente anti-imigração dos partidos de extrema-direita está actualmente muito ligada ao anti-islamismo. Já houve quem tenha comparado a força do anti-islamismo actual com o início do anti-semitismo na Europa (como o jornalista Marc Young, num artigo de opinião no jornal *Die Zeit*).

Exagero ou não, esta vertente está na arena pública europeia nas discussões sobre a proi-

bição do véu islâmico em França (e em Espanha, e na Bélgica), dos minaretes na Suíça, do falhanço ou não do modelo multicultural na Alemanha e no sucesso de partidos abertamente anti-islão como o de Geert Wilders na Holanda, que não hesita em classificar o islão como uma religião terrorista e compara mesmo o seu livro sagrado, o Corão, à obra de Hitler *Mein Kampf*.

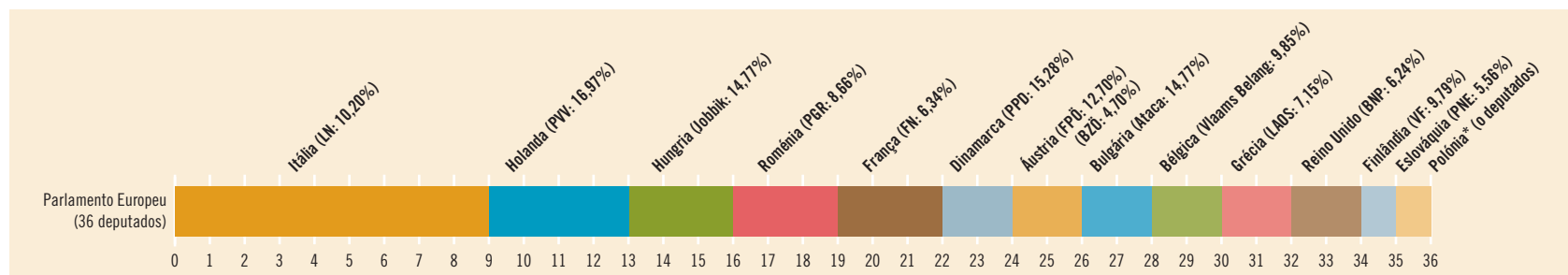
A Europa tem 20 milhões de muçulmanos, mas sendo o continente mais secular do mundo, não sabe lidar com um possível fervor religioso – e a discussão sobre o papel da religião e do Estado não se confina ao islão, como se pode ver na discussão sobre os crucifixos nas escolas; há quem argumente mesmo que a pressão para regular ou reprimir o islão está a prejudicar a liberdade das outras religiões, incluindo a que é a base da civilização europeia⁴.

Um problema para os partidos *mainstream*

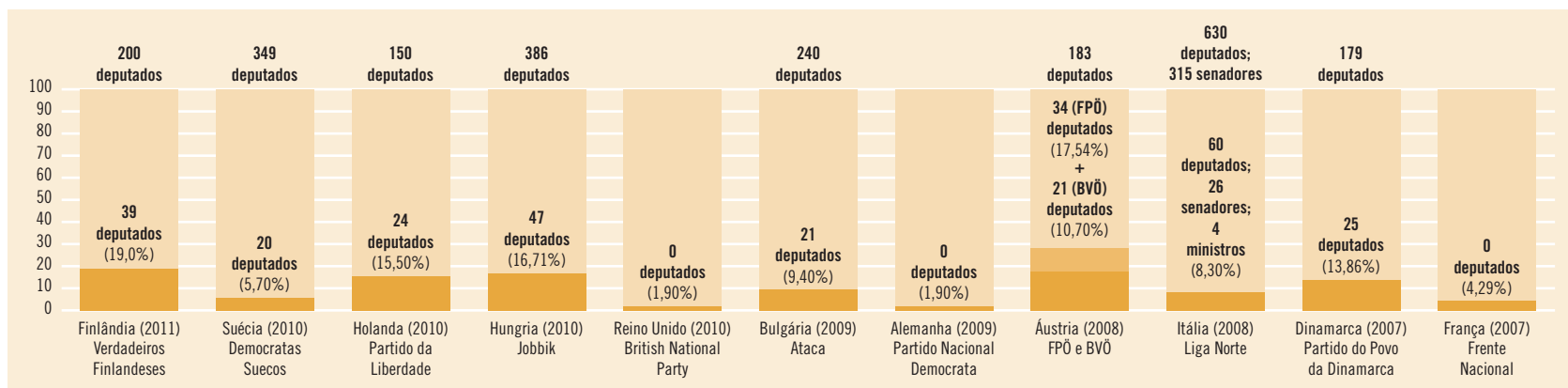
A subida da extrema-direita causa um problema aos partidos *mainstream*: como lidar com ela? A primeira questão põe-se em termos de formação de governos – permitir ou não a sua participação directa em executivos. Em alguns casos, países como Áustria fizeram-no, esperando que, ao incorporar a extrema-direita no *mainstream*, ela suavize a sua posição e perca assim parte do seu apelo eleitoral: foi o que aconteceu com o FPÖ (Partido da Liberdade) de Jörg Haider depois das legislativas de 1999, após ter obtido 26,9 por cento dos votos e entrado para o governo.

No entanto, a extrema-direita, entretanto dividida em dois partidos, voltou a triunfar na Áustria com 30 por cento nas legislativas de 2008. E em 2010 o FPÖ conseguiu um bom resultado eleitoral na capital, Viena.

Noutros casos, como em França, os principais partidos isolaram a extrema-direita num “cordão sanitário”, recusando colaborar com ela e mantendo-a à margem. Mas mesmo nestes ca-



Extrema-direita por países no Parlamento Europeu, 2009 (número de deputados). * Polónia: tinha 16 deputados no Parlamento Europeu anterior.
Fonte: European Election Database (do NSD - Norwegian Social Science Data Services), Público, Parlamento Europeu.



Resultados da extrema-direita país a país (em %, dados das últimas legislativas).
 Fonte: European Election Database (do NSD - Norwegian Social Science Data Services), Público, Parlamento Europeu.

ços, não quer dizer que as ideias dos partidos populistas xenófobos sejam ignoradas – pode até acontecer o contrário.

É que, independentemente da sua aceitação pelos outros partidos, os bons resultados da extrema-direita têm efeitos em termos de discurso político e acções dos partidos *mainstream*. No caso francês, onde o governo seguiu a abordagem de exclusão, surge agora a apropriação pelo presidente, Nicolas Sarkozy, de alguns temas caros à extrema-direita, começando pela proibição do véu islâmico integral até à mais recente expulsão de ciganos e à ligação entre crime e imigração. Em outros casos, os governos podem usar apenas um aspecto caro a estes partidos, por exemplo o executivo britânico de David Cameron, que impôs limites à imigração de fora da UE. Ou podem até incorporar estes temas no discurso ainda que não na acção, como foi o caso dos comentários da chanceler alemã, Angela Merkel, quando disse que o multiculturalismo tinha falhado na Alemanha.

Mais diferenças do que semelhanças

Outra das características da extrema-direita europeia e dos seus partidos populistas xenófobos é, para além da linha comum anti-islamismo e anti-imigração, a sua falta de unidade. Esta viu-se bem nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, com a chegada de 36 eurodeputados de partidos de extrema-direita ou populistas xenófobos ao PE. O expressivo resultado da extrema-direita – numa votação em que por natureza as “franjas” mais radicais saem beneficiadas pela alta abstenção – serviu, em alguns casos, como o da Holanda, de indicador da força da extrema-direita nas legislativas, enquanto que, em outros casos, como no Reino Unido, isso não se verificou: o British National Party obteve apenas 1,9 por cento na

eleição nacional, ficando fora do parlamento, depois de ter conseguido 6,2 por cento na eleição para o PE, elegendo dois deputados. Apesar de serem 36 no total, os deputados europeus de todos estes partidos de extrema-direita ou populistas xenófobos não conseguiram chegar ao mínimo de 25 parlamentares de sete Estados que seria necessário para se organizarem num grupo no PE (que tem vantagens práticas, como verbas extra para despesas de pessoal, etc.).

“Partidos xenófobos e populistas conseguem bons resultados em alguns países europeus. Não é o regresso de uma extrema-direita clássica, mas de partidos fortemente anti-imigração e anti-islâmicos – que acaba por ser o único factor de unidade entre partidos muito diferentes entre si.”

Um breve olhar sobre a eleição europeia mostra algumas diferenças entre os partidos de extrema-direita que elegeram deputados para o hemiciclo europeu. Nos partidos do Leste, as minorias nacionais são um dos grandes alvos: O Partido da Grande Roménia é contra a minoria húngara no país, na Hungria o partido Jobbik é anti-ciganos (e também anti-semita), o Partido Nacional da Eslováquia é anti-minoria húngara e ciganos. A retórica anti-imigração e anti-islão é, por outro lado, mais forte nos partidos da Europa Ocidental. O Partido da Liberdade, da Holanda, tem uma forte vertente anti-islão e anti-imigração, e é contra a presença da Roménia e Bulgária na UE. O British Na-

tional Party não admite negros e chegou a defender que fossem afundados os barcos com imigrantes ilegais que tentam chegar à Europa, embora mais tarde clarificasse que não queria que ninguém morresse. O seu líder, Nick Griffin, chegou a afirmar que o islão é um cancro na Europa e que o continente precisa de quimioterapia para o erradicar. O Partido do Povo da Dinamarca e a sua líder Pia Kjaersgaard, que chegou a 15 por cento na eleição do PE, apoiou-se na controvérsia de 2006 dos “cartoons de Maomé” publicados no jornal *Jyllands-Posten* e tem uma forte posição anti-Islão. Kjaersgaard recusa a expressão “choque e civilizações” porque “só há uma civilização, que é a nossa – os outros querem a ferocidade, o primitivo, o bárbaro, o medieval”.

Um outro partido com muito sucesso com base numa forte retórica anti-imigração é a italiana Liga Norte que, com nove eurodeputados, é o partido deste grupo com maior presença no PE. No plano da política italiana, a Liga foi responsável pela lei que criminaliza a imigração ilegal e pelas medidas para afastar as embarcações com imigrantes ilegais ou potenciais requerentes de asilo antes que cheguem ao território italiano.

Todos estes partidos dos países da Europa Ocidental partilham também a recusa da etiqueta da extrema-direita e caberão mais facilmente no grupo dos populistas xenófobos/anti-imigração. A associação a partidos ou grupos neofascistas ou da extrema-direita clássica prejudicariam a sua posição eleitoral, já que apelam a uma base mais alargada do eleitorado. Mas mesmo assim, estes partidos sublinham por vezes mais as suas diferenças do que as suas semelhanças: curiosamente, a Liga Norte foi das primeiras a recusar qualquer associação ao BNP, apesar de partilharem linguagem igualmente bélica em relação aos barcos com imigrantes.

Os partidos têm noção de que esta falta de cooperação internacional pode ser uma fraqueza, e têm tentado colmatá-la. Em Outubro de 2010, seis partidos – o FPÖ austríaco, o Vlaams Belang belga, o Partido da Liberdade da Dinamarca, a italiana Liga Norte, o Partido Nacional Eslovaco e os Democratas Suecos juntaram-se num fim-de-semana para discutir estratégias comuns. Apesar de serem fortemente eurocépticos, a principal iniciativa que promoveram visa “defender a Europa”: os partidos querem conseguir um referendo pan-europeu à adesão da Turquia à União Europeia. ■

Notas

- Este texto foi escrito em Maio de 2011, quando ainda decorriam as negociações para a coligação governamental na Finlândia e se especulava que os Verdadeiros Finlandeses poderiam entrar na coligação.
- GOLDER, Matt — “Explaining Variation in the Success of Extreme-right Parties in Western Europe”. New York University, *Comparative Political Studies*, vol. 36 n.º 4, May 2003 432-466.
- Idem, *ibidem*.
- ROSS, Jan — “Lasst die Götter Laufen” (Deixem os Deuses Circular, tradução livre). *Die Zeit*, 13/08/2010.

Referências bibliográficas

GOLDER, Matt — “Explaining Variation in the Success of Extreme-right Parties in Western Europe”. Nova Iorque: New York University, *Comparative Political Studies*, vol. 36 n.º 4, Maio de 2003, pp. 432-466.

ANASTASAKIS, Orthon — “Extreme Right in Europe: A Comparative Study of Recent Trends”. Londres: *Discussion Paper n.º 3*, London School of Economics, Nov 2000.

MACSHANE, Denis — “Rise of the Right”. *Newsweek*, 24/09/2010.

MAMMOUNE, Adrea, GODIN, Emmanuel e JENKINS, Brian (2008) — “The Extreme Right in Contemporary Europe: Cultural and Spatial Perspectives”. *Journal of Contemporary European Studies*, 16 : 3, pp. 323 - 326.

IVARSLATEN, Elisabeth — “What Unites Right-Wing Populists in Western Europe? Re-examinig Grievance Mobilization Models in Seven Successful Cases”. Oxford: University of Oxford.

YOUNG, Marc — “Deutschland Hat eine Besondere Verantwortung” (A Alemanha tem uma responsabilidade especial, tradução livre). *Die Zeit*, 19/10/2010.

ROSS, Jan — “Lasst die Götter Laufen” (Deixem os Deuses Circular, tradução livre). *Die Zeit*, 13/08/2010.